



Se pá o ‘se pá’ ainda é condicional

Maybe ‘se pá’ Is Still Conditional

Isaac Souza de Miranda Junior

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo / Brasil
CAPES

isaacmiranda@estudante.ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-4004-3182>

Renato Miguel Basso

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo / Brasil
rmbasso@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0003-2580-0365>

Resumo: A estrutura ‘se pá’ é bastante presente em diversas variedades do português brasileiro contemporâneo, mas é ainda pouco investigada com relação a suas propriedades semânticas. Com o objetivo de contribuir para a descrição e explicação dos usos dessa estrutura, o presente trabalho pretende realizar uma análise semântica da expressão ‘se pá’, e argumentar que a atual interpretação dessa expressão como um advérbio de dúvida similar a ‘talvez’ (“Se pá, eu vou à festa” ⇒ “Talvez eu vá à festa”) pode ser semanticamente derivada de uma interpretação condicional, na qual o elemento ‘pá’ atua como uma proposição indefinida, ou seja, ele expressa que existe uma proposição possível sem definir seu conteúdo, sendo interpretado, por meio de implicações lógicas, como um modal de possibilidade junto à oração nuclear.

Palavras-chave: modalidade; condicionais; se pá.

Abstract: The phrase ‘se pá’ often occurs in several varieties of contemporary Brazilian Portuguese, but it is under-investigated concerning its semantic properties. Intending to contribute to the description and explanation of the uses of this phrase, this work aims to build up a semantic analysis of the expression ‘se pá’, and propose that the current interpretation of the expression as an adverb of doubt similar to ‘talvez’ (Se pá, eu vou à festa” ⇒ “Talvez eu vá à festa”) can be semantically derived from a conditional interpretation, in which the element ‘pa’ acts as an indefinite proposition, that is, it expresses that there is a possible proposition without defining its content, being

interpreted, through logical implications, as a possibility modal operator modifying the nuclear clause.

Keywords: modality; conditional clause; se pá.

Recebido em 29 de novembro de 2022.

Aprovado em 27 de maio de 2023.

1 Introdução

A estrutura ‘se pá’ é bastante presente em diversas variedades do português brasileiro contemporâneo, mas é ainda pouco investigada com relação a suas propriedades semânticas¹. Ainda não há um consenso se a estrutura deva ser interpretada composicionalmente, formada por dois elementos, ‘se pá’, ou como uma unidade única, ‘sepa’, em ambos os casos ocorrendo como um sinônimo de ‘talvez’ (Agostini, 2017). É possível encontrar contextos em que as duas formas são aceitáveis como interpretação:

- (1) Se pá ela gosta de mim (Agostini, 2017, p. 16)
- (2) Sepa o diretor muda de ideia (Agostini, 2017, p. 35)

Tanto (1) quanto (2) têm a interpretação de ‘talvez ela gosta de mim’, alterando apenas a forma como a estrutura ‘se pá’ é representada textualmente.

Em Agostini (2017) também é possível encontrar o uso de ‘se pá’ isolado por vírgula da oração nuclear, assim como ocorre em orações condicionais:

- (3) Se pá, esse foi meu maior combo (ate agora) em AC. (Agostini, 2017, p. 8)

Ainda que ‘se pá’ ocorra em (1), (2) e (3) como sinônimo de “talvez”, os exemplos de Agostini (2017) são validados em *corpus*, revelando indícios que, no uso cotidiano da língua, o ‘se pá’ pode ser

¹ Encontramos apenas dois trabalhos sobre o tema, Agostini (2017) e Ganasin (no prelo).

interpretado de três maneiras distintas: (i) ‘se pá’ e (ii) ‘sepa’ como parte da oração principal e (iii) ‘se pá,’ separado da oração principal.

Em vista disso, o presente trabalho pretende realizar uma análise semântica da expressão ‘se pá’, e argumentar que a atual interpretação dessa expressão como um advérbio de dúvida similar a ‘talvez’ (“Se pá, eu vou à festa” ⇒ “Talvez eu vá à festa”) pode ser semanticamente derivada de uma interpretação condicional, na qual o elemento ‘pá’ atua como uma proposição indefinida, ou seja, ele expressa que existe uma proposição possível sem definir seu conteúdo, fazendo com que, por meio de implicações lógicas, a estrutura seja interpretada como sinônimo de ‘talvez’. Tal interpretação é suficiente para justificar os usos de (1), (2) e (3).

Para tanto, o presente artigo está organizado da seguinte forma. Na seção 1, iremos primeiramente analisar o elemento ‘pá’ – suas posições estruturais, sua contribuição e seu tipo semântico. Na seção 2, realizaremos uma revisão acerca de modalidade e condicionalidade, demonstrando como uma oração condicional pode ser expressa em modalidade. Por fim, na seção 3, demonstraremos que a interpretação de ‘se pá’ como sinônimo de ‘talvez’ pode ser derivada da interpretação condicional de ‘se pá’. Na conclusão, retomamos o caminho percorrido, os resultados alcançados e as questões em aberto.

2 Sobre o ‘pá’ em ‘se pá’

Nesta seção, nosso objetivo é investigar ‘pá’ em estruturas como ‘se pá’ e, para tanto, começaremos por analisar as semelhanças entre ‘se pá’ e o advérbio de dúvida ‘talvez’ devido à interpretação similar entre os dois.

Em uma primeira aproximação, as sentenças (4a), (5a) e (6a), abaixo, podem ser parafraseadas por ‘talvez’, como atestem (4b)-(5b); note ainda que ‘se pá’, assim como ‘talvez’, pode aparecer em diversas posições sintáticas:

(4a) Se pá, o João vai à festa

(4b) Talvez o João vai/vá à festa

(5a) O João vai à festa se pá

(5b) O João vai/vá à festa talvez

(6a) O João, se pá, vai à festa

(6b) O João talvez vai/vá à festa

Uma questão semântica relevante aqui é saber como a estrutura ‘se pá’ é interpretada de forma semelhante a ‘talvez’, e para responder a essa pergunta vamos primeiramente analisar os elementos de ‘se pá’. Vamos considerar que ‘se2’ atua como uma conjunção que realiza uma coordenação entre duas proposições, sendo, portanto, do tipo semântico $\langle t, \langle t, t \rangle \rangle$ (Cf. Ferreira, 2019, p. 65, entre vários outros). Esse mesmo tipo lógico se aplica, em princípio, a quaisquer conjunções sentenciais e representa simplesmente que uma conjunção é um termo que toma duas proposições como argumento e resulta numa proposição.

Portanto, podemos inferir que ‘pá’ é do tipo $\langle t \rangle$, uma vez que ‘se’ é do tipo $\langle t, \langle t, t \rangle \rangle$; logo, a estrutura ‘se pá’ tem que ser do tipo $\langle t, t \rangle$, ou seja, uma função que toma uma proposição e retorna uma proposição. Simplificando as coisas, podemos dizer que os argumentos de ‘se’ são duas proposições, ‘pá’ tem o valor de uma proposição (voltaremos a isso depois), e ao combinar-se com ‘se’ gera uma função que toma uma proposição como argumento, sendo, como vimos, do tipo $\langle t, t \rangle$. Nos exemplos (4a), (5a) e (6a), o segundo argumento $\langle t \rangle$ pode ser representado por “eu vou à festa”. É interessante notar ainda que o tipo semântico de ‘talvez’ também é $\langle t, t \rangle$, como atestam os exemplos que vimos acima e os seguintes em comparação com ‘se pá’:

(7a) [Talvez _{$\langle t, t \rangle$} [o João compre um bolo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(7b) [Se _{$\langle t, t, t \rangle$} [pá] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle t, t \rangle$} [o João compra um bolo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(8a) [Talvez _{$\langle t, t \rangle$} [a Maria não chegue a tempo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(8b) [Se _{$\langle t, t, t \rangle$} [pá] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle t, t \rangle$} [a Maria não chega a tempo] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(9a) [Talvez _{$\langle t, t \rangle$} [o professor não venha hoje] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

(9b) [Se _{$\langle t, t, t \rangle$} [pá] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle t, t \rangle$} [o professor não vem hoje] _{$\langle \rangle$}] _{$\langle \rangle$}

² Na verdade, ao falarmos sobre a conjunção ‘se’ é preciso ter em mente aqui a estrutura “se x, então y”, de maneira que podemos omitir o ‘então’ presente na sentença nuclear.

Uma demonstração que reforça essa proposta é o fato de que ‘pá’ pode ser substituído por qualquer sentença que resulte em <t> dentro da oração condicional, mas não por outras estruturas:

- (10) O João vai à festa se [fizer sol]_{<t>}
- (11) O João vai à festa se [a Maria comprar o bolo]_{<t>}
- (12) O João vai à festa se [todos forem (à festa)]_{<t>}
- (13) * O João vai à festa se [gato]_{<c>}
- (14) * O João vai à festa se [comprou]_{<c,<c,t>}

Um outro argumento para esse ponto é que qualquer antecedente de uma *if-clause* pode ocorrer, assim como ‘se pá’ e ‘talvez’, em qualquer posição do enunciado que licencie um advérbio, o que não é possível com orações coordenadas:

- (15a) **Se fizer sol / se pá / talvez**, o João vai à festa.
- (15b) O João vai, **se fizer sol / se pá / talvez**, à festa.
- (15c) O João vai à festa se **fizer sol / se pá / talvez**.
- (16a) O João vai à festa **e ao mercado**.
- (16b) * **E ao mercado**, o João vai à festa.
- (16c) *O João vai, **e ao mercado**, à festa.

Essa evidência reforça a proposta que ‘se pá’ é do tipo <t, t>, uma vez que ele, sendo uma estrutura composicional, também compartilha o mesmo tipo semântico com outros antecedentes de *if-clauses* que têm interpretação composicional e as mesmas possibilidades sintáticas.

Além disso, é importante notar que os antecedentes de *if-clauses* são comumente analisados como orações adverbiais (Cf. Von Stechow, 1994; Haegeman, 2010; Bhatt; Pancheva, 2006; e muitos outros), e assim compartilham o mesmo tipo semântico de advérbios, <t,t>.

Os comportamentos descritos nos exemplos de (4a) a (6b) e de (10) a (12) são evidências de que, mesmo sendo interpretado de modo semelhante ao advérbio ‘talvez’, a interpretação de ‘se pá’ é composicional³, passando pela interpretação condicional antes de ser computado como um simples advérbio, como argumentaremos. Essa proposta de análise depende de ferramentas que lidam com modalidade em línguas naturais, que é o tópico da seção seguinte.

3 Modais e condicionais

Tanto o advérbio de dúvida ‘talvez’ quanto as *if-clauses* são estruturas linguísticas modais, ou seja, simplificando as coisas, podemos dizer que essas estruturas projetam o enunciado com relação à *necessidade* ou *possibilidade* do valor de verdade do mesmo com relação a diferentes mundos possíveis (Cf. Von Stechow; Heim, 2020, p. 29-36). Nesta seção, pretendemos estabelecer o ferramental semântico mínimo necessário para que possamos descrever a expressão ‘se pá’.

Nesta seção, veremos um pouco sobre modais em 3.1, e em 3.2, sobre a análise condicional usando as mesmas ferramentas.

3.1 Modais

Uma das propostas mais influentes para lidar com a análise de elementos modais é a de Kratzer (1981; 1991a), revisada em Kratzer (2012). Segundo a autora, elementos modais são interpretados em função de três critérios: a força modal, a base modal e a fonte de ordenação. Em conjunto, basicamente, esses critérios determinam como será feita a avaliação da proposição relevante e os conjuntos de mundo nos quais tal avaliação será feita.

A força modal está relacionada à gradação do elemento modal, que pode ser necessidade (\square) ou possibilidade (\diamond). As línguas naturais

³ O fato de ‘pá’ não ocorrer sozinho é um indício de que a estrutura ‘se pá’ esteja, de fato, em vias de gramaticalização (Cf. Agostini, 2017 e Ganasin, no prelo), o que tornaria uma investigação composicional a recuperação de uma parte da história dessa gramaticalização. Porém, o fato de encontrarmos estruturas como ‘pode pá’, ‘acho que pá’ e até mesmo ‘se pá, pá’ evidencia que o elemento ‘pá’ ainda tem certa independência e possivelmente, nessas estruturas, também desempenha o papel de uma proposição qualquer, sendo de tipo $\langle t \rangle$.

expressam diferentes níveis de possibilidade e necessidade, que podem ser identificados ao compararmos elementos como ‘deve’ vs. ‘tem que’, ou ‘pode’ vs. ‘é certo que’, por exemplo⁴.

A base modal fornece o conjunto de mundos possíveis em que a proposição relevante é avaliada. Pela definição de Kratzer (2012), as bases modais assumem duas distintas formas: circunstanciais e epistêmicas. Uma base modal circunstancial representa o recorte de mundos possíveis originado a partir do contexto imediato de interação dos falantes, a partir de evidências de um dado contexto específico; a base modal epistêmica é originada a partir do conhecimento de mundo dos falantes envolvidos na conversação.

Por sua vez, a fonte de ordenação é o conjunto de proposições que delimitam critérios para a organização dos mundos possíveis dentro da base modal, que não estão dispostos de modo aleatório, mas sim ordenados segundo uma fonte. Não há consenso sobre a quantidade de fontes de ordenação existentes, todavia, Kratzer (2012) elenca ao menos quatro mais proeminentes, sendo elas: a deontica (referentes a normas e leis pré-definidas), a estereotípica (referente ao curso natural das coisas, ou seja, o que normalmente acontece), a bulética (referente às vontades e desejos de um falante específico) e a teleológica (referente às crenças de um falante específico). Assim, por exemplo, uma fonte de ordenação bulética ordena os mundos possíveis da base modal de modo que os mais relevantes são aqueles que melhor se conformam aos desejos do falante no contexto.

Para exemplificar como funcionam esses critérios, se considerarmos uma fonte de ordenação deontica, com base circunstancial e uma força modal de necessidade, para avaliar a proposição *p*, teremos que *p* é verdadeira em todos os mundos possíveis que se organizam, segundo as evidências e informações do contexto de fala, em função daqueles mais se conformem a normas e leis pré-definidas. Se mudamos qualquer dos componentes (força, base, fonte), mudamos o conjunto de mundos nos quais a proposição *p* será avaliada e o modo de avaliação.

Assim, mais formalmente, pela proposta de Kratzer (2012), todo enunciado contendo um elemento modal deve ser avaliado da seguinte forma:

⁴ Para o português, o leitor pode consultar Pires de Oliveira e Scarduelli (2008)

(17)

[MODAL [Base Modal [Fonte de ordenação [ENUNCIADO]]]

□/◇ *De um ponto de vista dado as circunstâncias*

Para elucidar melhor, substituiremos (1b), “Talvez o João vá à festa”, no esquema em (14):

(18)

[Talvez [Base Modal [Fonte de ordenação [o João vá à festa]]]

De um ponto de vista dado as circunstâncias

Antes de definirmos quais são a base modal e a fonte de ordenação é necessário definir a força modal de ‘talvez’. Existem duas possibilidades para o nosso operador, ou ele exprime uma relação de necessidade (□) e uma relação de possibilidade (◇).

Segundo Kratzer (2012, p. 40), uma proposição vinculada a um modal é uma necessidade se e somente se ela é verdadeira em todos os mundos possíveis próximos ao mundo definido pela fonte de ordenação segundo a base modal, enquanto uma proposição é possibilidade se sua negação não é uma necessidade.

Para que ‘talvez’ exprima um modal de necessidade ele precisa fazer com que a proposição ‘o João vai à festa’ seja verdadeira em todos os mundos próximos ao mundo definido pela fonte de ordenação, ou seja, não existe um mundo relevante em que o João não vai à festa; o que não é o caso aqui, pois se o João efetivamente não for à festa, ‘Talvez o João vá à festa’ pode ser ainda verdadeira. Porém, ‘Talvez o João vá à festa’ também é verdadeira caso João vá à festa, fazendo com que ‘o João não vai à festa’ não seja uma necessidade, e, portanto, ‘talvez’ exprime uma possibilidade.

Assim, considerando que não temos nenhum contexto específico para a avaliação de nosso enunciado, podemos considerar que a base modal (BM) epistêmica, ou seja, o conjunto de mundos possíveis referentes ao que o falante e o ouvinte sabem sobre o João. A fonte de ordenação (FO) pode assumir diversas formas; para o nosso exemplo,

tomaremos uma fonte teleológica, ou seja, referente às crenças do falante com relação à João, resultando em:

- (19) [**Talvez** (\diamond) [_{BM} de acordo com o que sabemos sobre o João [_{FO} dadas às coisas em que eu acredito que o João faz/fará [**o João vá à festa**]]]

Em prosa: é possível que, de acordo com o que sabemos sobre o João e considerando as coisas que o falante acredita que o João faz/fará, o João vá à festa.

Como já dissemos, ‘se pá’ tem uma interpretação semelhante à ‘talvez’, logo poderíamos reescrever (19) usando ‘se pá’ no lugar de ‘talvez’. Contudo, argumentamos também que é possível derivar composicionalmente, tomando os elementos que postulamos, a interpretação de ‘se pá’ como advérbio de dúvida a partir de uma interpretação condicional. Para isso, precisamos de um tratamento formal para condicionais.

3.2 Condicionais

Tradicionalmente, sentenças condicionais⁵ (*if-clauses*, em inglês) são analisadas tendo como ponto de partida a implicação material⁶ (Gibbard, 1981; Grice, 1989; e muitos outros). Segundo essa abordagem, orações com elementos condicionais seriam, em princípio, equivalentes ao operador lógico \rightarrow , de maneira que ‘se X, (então) Y’ respeitaria as mesmas condições de verdade desse operador. Todavia, essa análise é inconsistente com nossa intuição sobre esse tipo de estrutura em línguas naturais, permitindo que a proposição da oração nuclear seja verdadeira mesmo que a condição seja falsa, uma vez que a implicação material é falsa apenas no caso em que X é verdadeiro e Y falso.

⁵ A análise semântica de estruturas condicionais é um tema extremamente vasto e complexo, tanto em semântica das línguas naturais quanto em filosofia da linguagem e da lógica. Neste artigo, não temos como fazer jus a todas as possibilidades de análise, por isso mencionaremos apenas o que julgamos necessário para os propósitos deste artigo. Para maiores detalhes sobre o estudo de estruturas condicionais, ver Bennett (2003) entre vários outros.

⁶ Ou seja, a análise lógica do símbolo “ \rightarrow ”: $p \rightarrow q$, p implica q.

(20) Se chover, João fica em casa

O exemplo (20) é verdadeiro quando ‘está chovendo’ e ‘João fica (está) em casa’, todavia, se o interpretássemos em função da implicação material, ela seria verdadeira nos casos em que ‘está chovendo’ e ‘João sai de casa’, o que é contra intuitivo para orações condicionais.

Há diversas soluções propostas na literatura para lidar com esse tipo de questão, e a solução para os problemas com a implicação material defendida por Kratzer (1991b; 2012), que seguiremos aqui, é considerar que sentenças condicionais não são regidas pela implicatura material ($p \rightarrow q$), mas que são implicitamente modalizadas, de maneira que o antecedente da *if-clause* é uma restrição de domínio para um operador modal epistêmico de necessidade, não pronunciado; nesse caso, a base modal do conseqüente, vinculada ao modal, terá a adição do antecedente da *if-clause*, como exemplificamos abaixo:

(21) Se faz sol, o João vai à praia

[\square [_{BM} de acordo com o que sabemos sobre João e considerando que faz sol/o dia está ensolarado [_{FO} dadas às coisas em que eu acredito que o João faz/fará [o João vai à praia]]]

Em prosa: de acordo com o que sabemos sobre o João, em todos os mundos em que está fazendo sol/o dia está ensolarado e considerando as coisas que o falante acredita que o João faz/fará, o João vai à praia.

Segundo a proposta de Kratzer (1991b; 2012), (21) é verdadeira se e somente se, partindo dos mundos em que ‘faz sol’ é verdade, é necessário, de um ponto de vista epistêmico, que ‘o João vá à praia’, ou seja, ‘o João vai à praia’ é verdadeiro em todos os mundos acessíveis⁷ a partir de ‘fazer sol/o dia estar ensolarado’. Porém, existe um problema para essa interpretação, pois é possível utilizarmos sentenças condicionais que expressem incertezas. Imagine as seguintes situações:

(22a) Os pais do João estão caminhando juntos para casa e ambos estão vendo que a luz do quarto do João está ligada.

⁷ Um mundo possível w^2 é acessível de um mundo w^1 se, e somente se, todas as proposições que são verdadeiras em w^1 também são verdadeiras em w^2 .

Pai: Será que o João está em casa?

Mãe: Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa.

(22b) O pai do João está caminhando para casa enquanto fala com a mãe do João ao telefone e a mãe do João não tem nenhuma informação sobre o atual estado das luzes do quarto de João.

Pai: Será que o João está em casa?

Mãe: Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa.

Em (22a), existem evidências para que a mãe do João saiba que ‘a luz do quarto do João está acesa’ é verdadeira no contexto, fazendo com que a interpretação seja similar à de (21), ou seja, uma necessidade. Isso ocorre, pois, partindo de que o antecedente já é verdadeiro no contexto, o consequente também será, considerando as expectativas da mãe do João.

Por sua vez, em (22b), mesmo que exista uma necessidade epistêmica entre o antecedente, ‘a luz do quarto do João está acesa’, e o consequente, ‘João estar em casa’, a mãe do João não tem nenhuma evidência sobre as condições de verdade de ‘a luz do quarto do João está acesa’, para ela há a possibilidade do valor de verdade da condição ser verdadeiro, gerando também a possibilidade do valor do consequente ser verdadeiro.

Ou seja, o que os exemplos (22) mostram é que uma sentença condicional pode ser interpretada de duas formas distintas baseadas apenas nas evidências que o falante tem com relação à condição. Para solucionar o problema dessa ambiguidade, Kratzer (2012, p. 102-104) propõe que a relação entre o antecedente da *if-clause* e o consequente é interpretada por meio de um modal epistêmico de necessidade, mas que o valor de verdade do consequente da *if-clause* é regido por um modal de possibilidade. Assim, quando a condição é verdadeira no contexto de avaliação ocorre a interpretação direta do modal de necessidade entre a *if-clause* e a oração nuclear, mas quando não é possível determinar o valor de verdade da condição da *if-clause* ocorre a interpretação de possibilidade. Fazendo com que (22b) tenha a forma:

- (23) Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa
 $[\diamond [_{BM} \text{ de acordo com o que sabemos } [_{FO} \text{ dado as coisas que eu acredito que possam acontecer [a luz do quarto do João está acesa]]] \wedge [\square [_{BM} \text{ de acordo com o que sabemos e considerando que a luz do quarto do João está acesa } [_{FO} \text{ dado às coisas que eu acredito que o João faz/fará [o João está em casa]]]]]$

Em prosa: é possível que, de acordo com o que sabemos sobre a casa do João e considerando as coisas que o falante acredita que possam acontecer, a luz do quarto do João está acesa; e é necessário que, de acordo com o que o falante sabe e ele tendo a informação de que a luz do quarto do João está acesa, considerando as coisas que o falante acredita que o João faz/fará, o João está em casa.

É importante perceber que a interpretação de (22a), em que a condição é verdadeira no contexto, é um caso específico da interpretação de (23), uma vez que ‘ \diamond (a luz do quarto do João está ligada)’ inclui todos os mundos em que ‘a luz do quarto do João está ligada’ é verdadeira e todos os mundos em que a proposição é falsa. Assim, a tomaremos como a forma padrão para as condicionais a forma de (23), uma vez que ela é mais ampla.

Depois de lidar com essas possibilidades de interpretação de condicionais, temos que (23) é verdadeira se, e somente se, ‘João está em casa’ é verdadeiro em todos os mundos acessíveis a partir dos mundos em que ‘a luz do quarto do João está acesa’ e ‘a luz do quarto do João está acesa’ é possível. Como estamos utilizando modais epistêmicos, vale notar que a seleção de mundos é referente às crenças do falante e não ao mundo real: não existe nada que impeça João de não estar em casa no mundo real, mas o falante não acredita nessa possibilidade.

Porém, devemos notar que em (23) ambos os elementos modais têm a mesma base, ‘de acordo com o que sabemos’, fazendo com que o modal de necessidade entre o antecedente e o conseqüente da *if-clause*, nesse caso, seja uma implicação estrita⁸ (Lewis; Langford, 1959) dentro da base epistêmica, ou seja, não existe nenhum mundo em que o

⁸ $p \rightarrow q \Rightarrow$ não é possível p e não $q \Rightarrow \neg \diamond (p \wedge \neg q)$. A implicação estrita, ao contrário da implicação material, impede que o antecedente seja verdadeiro e o conseqüente seja falso, assim, é necessário que em todo mundo em que p é verdadeiro q seja verdadeiro.

antecedente é verdadeiro e o conseqüente é falso dentro da base modal, permitindo que (23) seja reescrita como⁹:

(24) Se a luz do quarto dele (João) está acesa, ele (João) está em casa;

◆¹⁰(a luz do quarto do João estar acesa) \wedge (a luz do quarto de João estar acesa \rightarrow João está em casa)_{BM(\blacklozenge(a luz do quarto do João estar acesa))}

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, a luz do quarto do João esteja acesa, e a luz do quarto do João estar acesa implica estritamente que João está em casa dentro da base modal de possivelmente a luz do quarto do João está acesa.

Tanto (23) quanto (24) exprimem a mesma interpretação, entretanto, a presença da implicação estrita em (24) nos auxiliará na demonstração de como ‘se pá’ tem sua interpretação como modal de possibilidade. Esse é o tópico da próxima seção.

4 ‘Se pá’

Nesta seção, utilizaremos os elementos levantados sobre modalidade e condicionais na seção 2 para demonstrar que o ‘se pá’ pode ser tratado como uma oração condicional e que a interpretação como advérbio modal, similar a ‘talvez’, é derivada de deduções semânticas.

Pelos tópicos levantados na seção 3.2, sobre condicionais, podemos reescrever nosso exemplo (4a) como (25):

(25) Se pá, o João vai à festa;

◆(pá) \wedge (pá \rightarrow João vai à festa)_{BM(\blacklozenge(pá))}

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, “pá” e isso implica estritamente em João vai à festa dentro da base modal de possivelmente pá.

⁹ O índice $BM(\blacklozenge(a luz do quarto do João estar acesa))$ afirma que nossa relação de implicação é limitada apenas dentro da base modal referente a $\blacklozenge(a luz do quarto do João estar acesa)$.

¹⁰ Usaremos o caractere \blacklozenge para simbolizar que estamos tratando de um modal de possibilidade epistêmico ao invés de escrevermos \blacklozenge [BM De acordo com o que sabemos [FM dado uma fonte de ordenação [proposição]]] para esse e os próximos exemplos.

Sabemos que uma das formas de se interpretar (21) é como (22)¹¹:

(26) Talvez o João vai à festa

◆ O João vai à festa

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, o João vai à festa.

Assim, nosso próximo passo é demonstrar que existe alguma relação dedutível que permita chegar de (25) a (26). Para isso, precisamos de outras sentenças condicionais que também possam ter uma interpretação como advérbio modal de possibilidade. Um exemplo de sentença que permite esse tipo de interpretação são *if-clauses* com o antecedente ‘se der’:

(27) Se der, eu vou à festa;

◆(der) \wedge (der \rightarrow eu vou à festa)_{BM(\blacklozenge(\text{dar para eu ir à festa}))}

Em prosa: é possível que, segundo uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, “der” e “der” implica estritamente que eu vou à festa dentro da base modal de possivelmente dar para eu ir à festa.

O interesse por essa estrutura está no fato de que ‘se der’ claramente pede um argumento que não é pronunciado e que não é recuperável do contexto; no exemplo abaixo, marcamos esse complemento não expresso como COMP:

(27’) Se der (COMP), eu vou à festa;

◆(der(COMP)) \wedge (der(COMP) \rightarrow eu vou à festa)_{BM(\blacklozenge(\text{dar para eu ir à festa}))}

Em prosa: é possível que, segundo uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, “dê para algo acontecer (COMP)” e “dê para algo acontecer (COMP)” implica estritamente que eu vou à festa dentro da base modal de possivelmente “dê para algo acontecer (COMP)”.

Ou seja, (27) é verdadeira, se, e somente se, ‘eu vou à festa’ é verdadeiro em todos os mundos acessíveis a partir do mundo em que

¹¹ A notação do modal de possibilidade (\blacklozenge) epistêmico como \blacklozenge permite que sejam omitidas tanto a base modal e a fonte de ordenação presentes em (14).

‘dê para algo acontecer (COMP)’ e ‘dê para algo acontecer (COMP)’ é possível. Porém, como já dito, (27) também pode ser interpretada como ‘talvez eu vá a festa’, isso ocorre devido ao fato de que, como a implicação estrita está limitada dentro da base modal de ‘ \blacklozenge (dar para eu ir à festa)’, podemos replicar todas as propriedades do conjunto de mundos que avalia ‘ \blacklozenge (dar para eu ir à festa)’ a condição na oração nuclear, como segue a demonstração:

(D1) Se $\text{der}(\text{COMP})$, eu vou à festa;
 $\blacklozenge(\text{der}(\text{COMP})) \wedge (\text{der}(\text{COMP}) \rightarrow \text{eu vou à festa})_{\text{BM}(\blacklozenge(\text{dar para eu ir à festa}))}$

Por *modus ponens*¹² temos que:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{der}(\text{COMP}) \rightarrow \text{eu vou à festa} \\ \text{‘der}(\text{COMP})\text{’ é verdadeiro} \end{array}}{\therefore \text{eu vou à festa}}$$

Porém, no exemplo, ‘ $\text{der}(\text{COMP})$ ’ exprime uma possibilidade logo, por transitividade, como ‘ $\text{der}(\text{COMP})$ ’ implica em ‘eu vou à festa’, se ‘ $\text{der}(\text{COMP})$ ’ é possível, então ‘eu vou à festa’ é possível:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{der}(\text{COMP}) \rightarrow \text{eu vou à festa} \\ \blacklozenge(\text{der}(\text{COMP})) \end{array}}{\therefore \blacklozenge(\text{eu vou à festa})}$$

Q.E.D

Essa relação é replicável para qualquer tipo de propriedade aplicada na oração condicional. Tomemos um exemplo em que a condição é impossível:

(28) Uma criança que exprimiu mau comportamento recentemente chega para sua mãe e pergunta se ela pode ir à festa de seu colega de classe e a mãe responde:

Mãe: Se eu botar um ovo, você vai.

¹² *Modus ponendo ponens* ou *modus ponens* é uma regra de inferência lógica, segundo ela se *P* implica em *Q* e *P* é tido como verdadeiro, então *Q* é verdadeiro.

Como a condição é impossível, então a oração nuclear é impossível, o que faz com que ‘se eu botar um ovo, você vai’, seja interpretada como “você não vai à festa/é impossível que você vá à festa”. A demonstração é análoga à (D1):

(D2) Se eu botar um ovo, você vai à festa

◆(eu botar um ovo) \wedge (eu botar um ovo \rightarrow você vai à festa)_{BM(◆(eu botar um ovo))}

Por *modus ponens* temos que:

$$\begin{array}{c} \text{eu botar um ovo} \rightarrow \text{você vai à festa} \\ \text{‘eu botar um ovo’ é verdadeiro} \\ \hline \therefore \text{você vai à festa} \end{array}$$

Porém, no exemplo, ‘eu botar um ovo’ não é verdadeiro, mas sim é possível, logo, por transitividade, como ‘eu botar um ovo’ implica em ‘você vai à festa’, se ‘eu botar um ovo’ é possível, então ‘você vai à festa’ é possível:

$$\begin{array}{c} \text{eu botar um ovo} \rightarrow \text{você vai à festa} \\ \text{◆(eu botar um ovo)} \\ \hline \therefore \text{◆(você vai à festa)} \end{array}$$

Entretanto, em nosso contexto, ‘eu botar um ovo’ não é possível, logo, por transitividade, como ‘eu botar um ovo’ implica em ‘você vai à festa’, se ‘eu botar um ovo’ não é possível, então ‘você vai à festa’ também não é possível, como ‘você vai à festa’ é impossível, então ‘você não vai à festa’:

$$\begin{array}{c} \text{eu botar um ovo} \rightarrow \text{você vai à festa} \\ \neg \text{◆(eu botar um ovo)} \\ \hline \therefore \neg \text{◆(você vai à festa)} \\ \neg \text{◆(você vai à festa)} \Rightarrow \neg(\text{você vai à festa}) \end{array}$$

Q.E.D

Com essa demonstração, temos como representar como uma oração condicional pode ser interpretada como um modal de possibilidade, agora precisamos então demonstrar como o ‘se pá’ passa pelo mesmo processo de interpretação.

Como levantado na seção 1, o ‘pá’ em ‘se pá’ é do tipo <t>, ou seja, ele representa uma proposição, porém, diferente de (27), ‘pá’ não pede um complemento assim como ‘der’, ele é uma proposição completa, não requerendo argumentos externos, contudo, ‘pá’ ainda expressa uma indeterminação com relação ao antecedente como ocorre em (27).

Assim, mesmo que ‘pá’ seja equivalente a uma proposição, não é possível definir qual a proposição específica que está presente em (4a), da mesma forma que não podemos definir o complemento de ‘dar’ em (27), mas, podemos substituir ‘pá’ por qualquer proposição do tipo <t> contextualmente relevante, que exprima relação de causa com o conseqüente, mantendo a felicidade da construção. Qualquer proposição na condição que origine uma base modal em que a relação ‘p → o João vai à festa’ é respeitada é suficiente para que (4a) seja pragmaticamente feliz:

(29) Se o João conseguir uma carona, o João vai à festa

(30) Se tudo ocorrer bem, o João vai à festa

(31) Se eu botar um ovo, o João vai à festa

(32) Se meu galo piar, o João vai à festa

(33) ? Se o João pegar um lápis na mesa dele, ele vai à festa.

(34) ? Se o João comprar uma lâmpada, ele vai à festa.

Nos exemplos (29) e (30) há a possibilidade de João ir à festa uma vez que existe relação de causa entre o antecedente e o conseqüente, porém, nos exemplos (31) e (32), mesmo que não exista causa entre o antecedente e o conseqüente, as sentenças ainda são pragmaticamente felizes pois o antecedente é uma condição impossível, como corre em (28). Já nos exemplos (33) e (34) as sentenças são infelizes uma vez que

os antecedentes são possíveis, mas não existe nenhuma relação de causa entre eles e o consequente¹³.

Ou seja, existe um conjunto de proposições que pode assumir o valor de ‘pá’ validando a possibilidade da oração nuclear. Propomos aqui que o valor de ‘pá’ é equivalente a uma variável proposicional indefinida, ou seja, ele é equivalente a ‘existe uma proposição’ ($\exists(p)$), sendo interpretado como:

(25’) Se pá, o João vai à festa;

$\diamond(\exists(p)) \wedge (pá \rightarrow \text{João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(pá))}$

Em prosa: é possível que, com relação a uma base epistêmica e uma fonte de ordenação, que “pá” algo aconteça e “pá” algo acontecer implica em João vai à festa dentro da base modal de possivelmente “pá” algo acontecer.

De maneira que nossa demonstração (D1) possa ser replicada em ‘se pá, o João vai à festa’:

(D3) Se pá, o João vai à festa

$\diamond(\exists(p)) \wedge (p \rightarrow \text{o João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(\exists(p)))}$

Porém, $\exists(p)$ implica em \diamond , podendo ser reescrito como:

$\diamond(\diamond(p)) \wedge (p \rightarrow \text{o João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(\diamond(p)))}$

Todavia, $\diamond(\diamond(p))$ implica em $\diamond(p)$, assim:

$\diamond(p) \wedge (p \rightarrow \text{o João vai à festa})_{\text{BM}(\diamond(p))}$

Por *modus ponens* temos que:

$p \rightarrow \text{o João vai à festa}$

‘p’ é verdadeiro

$\therefore \text{o João vai à festa}$

¹³ Não discordamos que possam existir contextos específicos em que possa haver relação de causa entre o antecedente e o consequente em (31) e (32), mas em condições “normais” a relação é pouco saliente.

Porém, ‘p’ não é verdadeiro, mas sim possível, logo, por transitividade, como ‘p’ implica em ‘o João vai à festa’, se ‘p’ é possível, então ‘o João vai à festa é possível’:

$$\frac{p \rightarrow \text{o João vai à festa} \quad \blacklozenge(p)}{\therefore \blacklozenge(\text{o João vai à festa})}$$

Q.E.D

Assim, chegando à proposta final de como ‘se pá’ em (3a) resulta na interpretação de possibilidade passando pela interpretação condicional.

A diferença entre a estrutura aqui proposta para o ‘se pá’ e a estrutura de uma condicional com uma condição definida como ‘se chover, o João ficará em casa’ é que em uma condicional com condição definida o valor de verdade da proposição da oração nuclear é verificável (ou ‘chover’ é verdadeiro ou ‘chover’ é falso):

(D4) Se chover, o João ficará em casa

$$\blacklozenge(\text{chover}) \wedge (p \rightarrow \text{o João ficará em casa})_{\text{BM}(\blacklozenge(\text{chover}))}$$

Se ‘chover’ for verdadeiro, então ‘João ficará em casa’ também é verdadeiro:

$$\frac{\text{chover} \rightarrow \text{o João ficará em casa} \quad \text{‘chover’ é verdadeiro}}{\therefore \text{o João ficará em casa}}$$

Se chover for falso:

$$\frac{\text{chover} \rightarrow \text{o João ficará em casa} \quad \text{‘chover’ é falso}}{\therefore \text{o João não ficará em casa.}}$$

Q.E.D

Já em uma condicional com condição indefinida, como condicionais com ‘se pá’, o valor de verdade da proposição da oração

nuclear não é verificável e sua interpretação é dada em função do modal de possibilidade, como já demonstrado em (D3). Simplificando um pouco as coisas, podemos pensar que o ‘pá’ em ‘se pá’ é como um “restritor vácuo”, ou seja, por não ter conteúdo ele não impõe uma restrição verificável.

Dessa forma, nossa proposta final parte do pressuposto que ‘pá’ é do tipo <t> considerando que ele é substituível por qualquer proposição contextualmente relevante que compartilhe o mesmo tipo semântico. Um contra-argumento para a nossa demonstração seria a existência de sentenças com ‘se pá’ em que não é possível substituir ‘pá’ por uma proposição, como em (35):

(35) Se pá(.) eu perdi meu relógio

(36) ? Se eu corri, eu perdi meu relógio

(37) ? Se eu acordei, eu perdi meu relógio

Todavia, é válido notar que as sentenças (36) e (37) não são agramaticais, mas pragmaticamente infelizes, o que está acontecendo é que não existe relação clara de causa entre o antecedente e o conseqüente da *if-clause* fazendo com que o enunciado por um todo seja infeliz. Entretanto, devemos notar que a interpretação de ‘talvez eu perdi/tenha perdido meu relógio’ ainda é a interpretação vigente, isso ocorre devido ao fato de que, como ‘pá’ é indefinido, não é necessário que o valor de ‘pá’ seja evidente, como demonstrado em (D3); saber que é possível que exista ao menos uma proposição que respeite a implicação estrita é suficiente para afirmar que o conseqüente é possível.

5 Conclusão

Mesmo que junto à sincronia da língua o ‘se pá’ esteja em um momento de transição entre uma estrutura composicional e um elemento unitário, ainda é possível identificar a estrutura composicional que origina a suposta forma gramaticalizada, fazendo com que a interpretação da estrutura seja ambígua entre uma oração condicional ou um modal de possibilidade, sinônimo ao advérbio ‘talvez’. Assim, acreditamos ter demonstrado ao longo do texto que a interpretação como modal de possibilidade nada mais é que uma interpretação possível, por meio de implicações lógicas, de uma sentença condicional em que a condição

não é explícita, mas possível, que transfere seu caráter de possibilidade para a sentença nuclear.

Para trabalhos futuros, acreditamos que uma análise para o uso de ‘pá’ junto a ‘pode’ (‘pode pá’) seria de grande valor para validação/teste da hipótese levantada neste artigo, uma vez que, assim como o ‘se pá’ exprime comportamento adverbial, o ‘pode pá’ também o faz, mas tendo interpretação sinônima a ‘certamente’ ao invés de ‘talvez’. Como ambas as estruturas exprimem comportamento adverbial, podemos, em princípio, supor que o ‘pá’ terá o mesmo comportamento.

Declaração de autoria

Isaac Souza de Miranda Junior, Conceptualização; Escrita – rascunho original e edição.

Renato Miguel Basso, Supervisão; Escrita – análise e edição.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo suporte financeiro – Código de Financiamento 88887.499210/2020-00.

Aos nossos colegas Yan Masetto Nicolai e Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde pela leitura e comentários pertinentes para a versão final do texto.

Referências

AGOSTINI, T. D.; HIRATA VALE, F. B. M. *O estatuto categorial da construção ‘se pá’ no português do Brasil*. 2014. v.20. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em https://www.academia.edu/32438906/A_categoriza%C3%A7%C3%A3o_da_constru%C3%A7%C3%A3o_se_p%C3%A1_no_portugu%C3%AAs_do_Brasil. Acesso em: 06 jun. 2022.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENNETT, J. A *Philosophical Guide to Conditionals*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

BHATT, R.; PANCHEVA, R. Conditionals. In: EVERAERT, M.; van RIEMSDIJK, H. (orgs.). *The Blackwell Companion to Syntax*. Malden, MA, USA: Blackwell Pub. 2006, pp. 638-687.

FERREIRA, M. *Curso de semântica formal*. Language Science Press, 2019.

GANASIN, M. *A expressão se pá e sua gramaticalização no português brasileiro. No prelo*.

GIBBARD, A. Two Recent Theories of Conditionals. In: HARPER, W.L.; STALNAKER, R.; PEARCE, G. (orgs.). *IFS*. Ontario: The University of Western Ontario Series in Philosophy of Science, vol 15. Springer, 1980, pp. 211-247. https://doi.org/10.1007/978-94-009-9117-0_10

GRICE, P. *Studies in the Way of Words*. Harvard University Press, 1989.

HAEGEMAN, L. The movement derivation of conditional clauses. *Linguistic Inquiry*, v. 41, n. 4, p. 595-621, 2010. DOI: https://doi.org/10.1162/LING_a_00014

SAAB, A; CARRAZANA, F. *Dimensiones del significado: una introducción a la semântica formal*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Análisis Filosófico 2021. Disponível em: https://ling.auf.net/z/005205?fbclid=IwAR324T2vva__66rm223jEuc003lsviYqLYVrzKRdn7oPeB_o7JEQ1Hmr6yQ. Acesso em: 06 jun. 2022.

LEWIS, C; LANGFORD, C; LAMPRECHT, P. *Symbolic logic*. New York: Dover Publications, 1959.

KRATZER, A. The Notional Category of Modality. In: EIKMEYER, H. J.; RIESER, H. (orgs.). *Words, Worlds, and Contexts: New Approaches in Word Semantics*. Berlin, Boston: De Gruyter, 1981, pp. 38-74. <https://doi.org/10.1515/9783110842524-004>

KRATZER, A. Modality. In: von STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (orgs.). *Semantik: Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991a, pp 639–650.

KRATZER, A. Conditionals. In: von STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (orgs.). *Semantik: Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991b, pp 651–656.

KRATZER, A. *Modals and conditionals: New and revised perspectives*. Oxford University Press, 2012.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; SCARDUELLI, J. A. Explicando as diferenças semânticas entre TER QUE e DEVER: uma proposta em semântica de mundos possíveis. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009.

VON FINTEL, Kai; HEIM, Irene. *Intensional semantics*. Primavera de 2020. Notas de aula. Disponível em: <https://github.com/fintelkai/fintelheim-intensional-notes/blob/master/IntensionalSemantics.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

VON FINTEL, Kai. *Restrictions on quantifier domains*. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Linguística, Universidade de Massachusetts Amherst, 1984.